

DIÁLOGOS ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA DA EXTENSÃO: COMPREENDENDO O CONTEXTO DO INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO¹

Dialogues between Theory and Practice of Extension: Understanding the Context of the Federal Institute of Espírito Santo

Késia Zoteli de Oliveira Delevedove²

Tatiana Polliana Pinto de Lima³

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar o panorama teórico e prático da extensão universitária no contexto do campus Nova Venécia do Instituto Federal do Espírito Santo. A compulsoriedade da curricularização da extensão universitária nos cursos de graduação descortinou diversos entraves institucionais, mas também contribuiu para o fortalecimento da extensão nas práticas pedagógicas desta instituição. Importante salientar que a extensão é um dos tripés de atuação das Universidades Federais, bem como dos Institutos Federais (IF), e que contribui para a aproximação curricular com a sociedade em que estamos inseridos. Acredita-se que a extensão vinculada ao currículo pode contribuir para uma formação integral dos estudantes, mas para isso faz-se necessário superar desafios institucionais, estruturais, culturais e conceituais. Assim, para o desenvolver desta pesquisa a premissa foi a da abordagem qualitativa, com o método colaborativo, através de rodas de conversas a partir de roteiro semi-estruturado, realizada com docentes efetivos do lócus da pesquisa. Para tratamento dos dados realizou análise de conteúdo de Bardin e triangulação dos dados obtidos. Como resultado percebeu-se que acerca do conceito e prática extensionista, ainda há muito para evoluir, pois se trata de um conceito que está em processo de amadurecimento e que tem ganhado força e espaço nos currículos, especificamente a partir do PNE 2001-2010, mas que efetivamente garantiu a obrigatoriedade no PNE 2014-2024, ressoando na publicação da Resolução CNE/CEB nº 7/2018, determinando as diretrizes para a curricularização da extensão nos cursos de graduação, exigindo formação continuada dos docentes.

Palavras-chave: Extensão Universitária. Prática Docente. Institutos Federais.

Abstract: This article aims to present a theoretical and practical overview of university extension in the context of Federal Institute of Espírito Santo campus Nova Venécia. The mandatory incorporation of university extension in undergraduate courses has revealed several

¹ Este artigo é um recorte da dissertação de mestrado em Educação intitulada “Curricularização da Extensão: Um Possível Caminho para a Educação Profissional de Nível Médio” (DELEVEDOVE, 2023)

² Mestre em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Graduada em Administração. Professora EBTT efetiva no Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes). Orcid <https://orcid.org/0009-0006-0431-2986>. Email: kesia.zoteli@ifes.edu.br

³ Doutora em Educação pela UNICAMP. Professora Adjunta da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Docente Permanente do PPGECID/UFRB e do PPGCLIP/ UFBA. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2896-5616>. Email: tatianalima@ufrb.edu.br.

institutional obstacles, but it has also contributed to strengthening extension activities in the pedagogical practices of this institution. It is important to emphasize that extension is one of the pillars of action of federal universities, as well as federal institutes, and it also contributes to a curricular alignment with the society in which we live. It is believed that extension related to the curriculum can foster an integral student education, however, to achieve this goal, it is essential to overcome institutional, structural, cultural and conceptual challenges. Thus, the premise for this research was a qualitative approach, using the collaborative method, through talking circles based on a semi-structured script, carried out with permanent teachers at the research site. For data treatment, we based on Bardin's content analysis and triangulation of the data. As a result, we realized that there is a lot to evolve in terms of understanding and practicing of extension, since it is a concept that is in the process of development and it has been gathering strength in the elaboration of school curriculum, specifically since the National Education Plan (NEP) 2001-2010, which effectively had its obligation guaranteed in the NEP 2014-2024, resulting in the publication of a National Resolution No. 7/2018. This legislative document established the guidelines for the incorporation of extension in undergraduate courses, demanding continuing teachers training.

Keywords: University Extension. Teaching Practice. Federal Institutes.

1 Introdução

A extensão Universitária emerge como um pilar no tríplice compromisso acadêmico que envolve ensino, pesquisa e extensão. Compreendendo que a extensão tem como característica fundamental a dialogicidade entre a instituição de ensino e a sociedade, este pilar proporciona a difusão dos conhecimentos acadêmicos e ao mesmo tempo apreensão e contribuição com a expertise e demandas da sociedade.

Assim como nas universidades, nos Institutos Federais (IF), além de a extensão promover o diálogo com a sociedade, ela incorpora a missão mais ampla dessas instituições, que é de atuar ativamente no processo de desenvolvimento regional e na democratização do acesso ao ensino técnico, tecnológico e profissionalizante.

A extensão pode ser realizada de diversas modalidades, tais como cursos, eventos, prestação de serviços, projetos e programas, contribuindo nas resoluções de problemas existentes na sociedade através de um diálogo enriquecedor entre a comunidade acadêmica e a sociedade.

Desde a criação dos IF a indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão é característica fundamental na finalidade da atuação destas instituições, contudo é notável que o ensino é a atividade fundamental de uma instituição de educacional e, por uma cultura de pesquisadores-docentes, a pesquisa se apresenta presente na rotina dos docentes, deste modo a extensão acaba sendo marginalizada.

Instituições de Ensino Superior têm sido convocadas a sair da zona de conforto da sala de aula para dialogar com a comunidade externa, a partir do Plano Nacional de Educação 2014-2024 que contempla em seu corpo textual a obrigatoriedade da extensão universitária ser curricularizada nos cursos de graduação acerca do fortalecimento da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Neste contexto, a extensão tem um caráter interdisciplinar, possibilitando a contextualização e a prática do conhecimento, de maneira que contribui com a formação integral do estudante.

Tendo os Institutos Federais (IF) como lócus desta pesquisa, especificamente o Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) campus Nova Venécia, uma das instituições ofertantes da Educação de Nível Superior, estes também tiveram a obrigatoriedade de adaptar o currículo dos cursos superiores para atender a curricularização da extensão. Sendo uma obrigatoriedade imposta de instâncias superiores, nos questionamos como os docentes têm compreendido a extensão, afinal se eles deverão ser extensionistas, é de conhecimento de todos o que, efetivamente, é a extensão?

Mediante o exposto, esta pesquisa se concentra na exploração das percepções docentes relativas ao conceito e à prática de extensão no contexto do Ifes campus Nova Venécia, desdobrando-se em quatro seções distintas, além desta introdução. A próxima seção apresenta a extensão no seu contexto conceitual, traçando um panorama das discussões históricas que a envolvem. A seção três descreve a metodologia utilizada na coleta e tratamento dos dados. Por fim, na última seção há a análise dos dados coletados, destacando os avanços e os desafios na prática extensionista no lócus da pesquisa. As considerações finais encerram este texto, consolidando os conhecimentos extraídos ao longo do estudo.

2 Extensão universitária: do que estamos falando?

O processo educacional ocorre na perspectiva da liberdade quando há a atuação ativa de todos os sujeitos, no entanto ainda estamos reproduzindo o que tem sido feito por anos: conteúdos desconectados com a realidade local, alunos em fileiras, autoritarismo do professor em sala de aula, o professor é quem “domina” e transmite o conhecimento, o ensino de maneira linear etc., seguindo a lógica do ensino bancário. Nóvoa (2009) traz em seu texto intitulado “Educação 2021: Para uma história do futuro”, de maneira muito clara, a expansão dos espaços físicos na definição de estratégias educativas, apresentando a percepção de que a educação deve ser definida como bem público, extrapolando as suas atuações em um determinado espaço físico, aberta às diversas formas de convivência. Neste aspecto, nos aproximamos da extensão universitária, sendo uma das dimensões da atuação dos IF, espaço em que suas atividades são, ou deveriam ser, norteadas pela indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Imagetivamente, podemos associar a liberdade com um campo aberto, para que possamos voar, como Rubem Alves reflete muito claramente no poema Gaiolas e asas.

[...] Escolas que são gaiolas existem para que os pássaros desaprendam a arte do voo. Pássaros engaiolados são pássaros sob controle. Engaiolados, o seu dono pode levá-los para onde quiser. Pássaros engaiolados têm sempre um dono. Deixaram de ser pássaros. Porque a essência dos pássaros é o voo. [...] Escolas que são asas não amam pássaros engaiolados. O que elas amam são os pássaros em voo. Existem para dar aos pássaros coragem para voar. Ensinar o voo, isso elas não podem fazer, porque o voo já nasce dentro dos pássaros. O voo não pode ser ensinado. Só pode ser encorajado [...]. (ALVES, 2017).

Na perspectiva de abrir as gaiolas e encorajar os estudantes para uma atuação na sociedade é preciso “quebrar os muros” institucionais e, para isso, apoiamos-nos na extensão como estratégia. Dentre as dimensões da atuação dos IF, a extensão foi a última a surgir. No século XIX houve registros de manifestações extensionistas na Inglaterra, enquanto no Brasil os primeiros registros ocorreram em 1911 (PAULA, 2013). Desde então, o conceito de extensão tem sido compreendido e amadurecido pela comunidade acadêmica.



Serva (2020), ao percorrer o histórico extensionista no Brasil, nos apresenta sete fases, organizadas em períodos, e que cada uma dessas fases tem uma característica predominante, sendo a atual a curricularização, conforme Quadro 1.

Quadro 1 - Períodos históricos da extensão universitária

FASES	PERÍODO	CARACTERÍSTICA
1	Brasil Colônia até 1930	Formação política
2	1930 – 1968	Assistencialismo
3	1968 – 1988	Normatização
4	1987-1988	Constitucionalização
5	1987-1990	Amadurecimento conceitual
6	1990-2010	Diversificação de representação institucional
7	A partir de 2010	Curricularização

Fonte: Serva (2020, p. 90).

Apesar de os registros oficiais da extensão no Brasil datarem de 1911, como mencionado anteriormente, é válido destacar que existem perspectivas que, estabelecem marcos temporais anteriores a esse período. Sousa (2010) propõe que a extensão já estava presente no território brasileiro desde o período colonial. Esse movimento foi protagonizado por acadêmicos formados no exterior, que, ao regressarem ao Brasil, engajavam-se em causas sociais e se envolviam em atividades de apoio aos desfavorecidos. Como ilustração, pode-se mencionar seu papel nas lutas pela abolição da escravatura (SERVA, 2020, p.79). Adicionalmente, práticas nesse sentido podem ser identificadas na disponibilização de cursos livres ministrados pelos Jesuítas para os nativos. A autora salienta que nesse período, a extensão universitária não tinha a participação do Estado.

Ainda, em um período marcado pelo protagonismo estudantil na luta pela democratização das universidades, a extensão passa a ter uma característica assistencialista, ofertando cursos livres, prestando serviço e, mais ainda, contribuindo para um despertar da sociedade quanto aos seus direitos, favorecendo a formação política dos estudantes e do público em geral (SERVA, 2020). Neste cenário, Sousa (2010) destaca que após o golpe de 1964, o protagonismo das ações extensionistas passou a ser do Estado, onde as Instituições de Ensino Superior (IES) tiveram o papel de dar assistência às comunidades rurais, sendo ampliado seu campo de atuação posteriormente. Nesse período, destacou-se o protagonismo do Estado com a criação do Projeto Rondon, que tinha como objetivo a prestação de serviços por meio dos estudantes a fim de apresentar a realidade do Brasil aos mesmos e, ainda, promover a expansão das Universidades por meio de *campi* avançados atendendo às demandas apresentadas por este projeto (MELLO; ALMEIDA NETO; PETRILLO, 2021). Contudo, há divergências entre autores quanto às práticas realizadas, se tais projetos, realmente, contemplavam as características extensionistas.

Na perspectiva de uma reforma universitária, a Lei nº 5.540/1968, dentre suas finalidades, estabelece o dever de as IES ofertarem cursos de extensão abertos, envolvendo público interno e externo, visto que até então não havia a obrigatoriedade da inclusão do público externo (SERVA, 2020).

Em 1988, a extensão universitária tem seu espaço demarcado na Constituição Federal, apresentado na obrigatoriedade de a atuação universitária ser norteadada pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Apesar do avanço quanto à constitucionalização da extensão, na prática, ainda, não eram perceptíveis as ressonâncias legais. Cabe salientar que foi nesse contexto de normatização que foi criado o Fórum dos Pró-



reitores de Extensão das Universidade Públicas Brasileiras (FORPROEX), espaço utilizado para o fortalecimento da extensão e que contribuiu como interlocutor com o Estado.

Conforme supracitado, o conceito de extensão vem passando por um amadurecimento e, inclusive as suas modalidades de oferta também, e destaca-se a contribuição do FORPROEX neste processo. Assim, a extensão deixou de se limitar à oferta de cursos e prestação de serviços em caráter assistencialista, para pensar em ações que contemplam a dialogicidade, podendo ter as modalidades de: programas; projetos; cursos; eventos; e prestação de serviços. No contexto institucional do Ifes, a Orientação Normativa Ifes/CAEX nº1/2020 apresenta conceitos e características de cada uma das modalidades, conforme Quadro 2.

Quadro 2 - Conceitos e características das modalidades extensionistas segundo a ON Ifes/CAEX nº1/2020.

MODALIDADE	CONCEITO E CARACTERÍSTICAS
Programa	conjunto articulado de ações e atividades de ensino, pesquisa e extensão, de caráter multidisciplinar. Tem caráter contínuo, orgânico-institucional, integração no território ou em grupos populacionais, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo por estudantes orientados por um ou mais servidores da instituição.
Projeto	conjunto de ações processuais contínuas, de caráter educativo, social, cultural ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado, desenvolvido de forma sistematizada e com período de vigência igual ou superior a 3 (três) meses ou igual ou inferior a 36 meses.
Curso	conjunto articulado de ações pedagógicas, de caráter teórico ou prático, presencial, semipresencial ou a distância, planejadas e organizadas de modo sistemático, com carga horária mínima de 8 (oito) horas e processo de avaliação.
Evento	ações que implicam na apresentação e exibição pública e livre, ou, também, com clientela específica do conhecimento ou produto desenvolvido, conservado ou reconhecido pelo Ifes, devendo estar classificadas nos seguintes grupos: Congresso; Fórum; Seminário; Semana; Exposição; Mostra; Oficina; Espetáculo; Evento esportivo; festival; ou outros tipos de evento.
Prestação de serviço	atividade de transferência ou aplicação do conhecimento gerado no Ifes a grupos sociais e organizações externas ao Ifes, incluindo-se nesse conceito assessorias e consultorias, pesquisas encomendadas, elaboração de projetos e outras atividades demandadas por terceiros.

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2023.

Atualmente, os debates acerca da extensão universitária no FORPROEX continuam com o apoio de outros dois Fóruns Nacionais, o Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias (FOREXT) e o Fórum de Extensão das Instituições de Ensino Superior Particulares (FOREXP). Cabe destacar, dentre os documentos construídos entre os três Fóruns Nacionais, a Política Nacional de Extensão Universitária, apresentada pelo FORPROEX em 1999. Contudo, em 2012 foi publicada uma nova Política Nacional de Extensão, vigente até hoje, em que o FORPROEX se limita a mencionar apenas as Universidades Públicas (SERVA, 2020). A autora faz um apontamento que merece atenção, quando afirma que a extensão no currículo constava no primeiro documento, mas nada foi mencionado no segundo, nem mesmo como desafio, preocupação explicitada pelo FOREXT na ocasião.

De acordo com a Política Nacional de Extensão, a extensão universitária é o “processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade” (FORPROEX, 2012, p. 28). Neste aspecto, Freire (2021) ressalta que a extensão universitária é muito mais que estender os

conhecimentos acadêmicos para a comunidade, requer um diálogo e, este somente é possível se houver mais de um sujeito envolvido. Portanto, a extensão universitária somente é possível ser efetivada a partir da comunicação, onde as partes envolvidas estão ativas no diálogo visando a transformação social.

A Política Nacional de Extensão (FORPROEX, 2012) apresenta a extensão norteada em cinco diretrizes, sendo elas: a interação Dialógica, a Interdisciplinaridade e interprofissionalidade, Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão, Impacto na Formação do Estudante e Impacto e Transformação Social, contudo na resolução CNE nº 7/2018, é eliminada a interdisciplinaridade e interprofissionalidade, por compreender que são elementos que contribuem para a formação do estudante, restando quatro diretrizes.

Art. 5º Estruturam a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior:

I - a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;

II - a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;

III - a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais;

IV - a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico (BRASIL, 2018).

Nesse contexto, a apresentação deste panorama histórico visa não apenas fortalecer as discussões da extensão, mas também acentuar a importância de todos os atores educacionais estarem plenamente cientes da natureza da extensão, tanto em seu campo conceitual quanto prático. Nessa perspectiva, busca-se ampliar o diálogo com a sociedade e criar um ambiente propício para que o estudante possa assumir o protagonismo em sua trajetória com autonomia. A extensão universitária emerge, assim, como um veículo de (des)construção de “pontes” entre a instituição educacional e sociedade. Tal empenho é embasado na compreensão da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, essenciais na construção do conhecimento coletivo. Desta forma particular, a extensão se alinha com a promoção da formação integral dos discentes.

3 Metodologia

Com um estudo aprofundado nas possibilidades metodológicas de pesquisa em educação, foi possível identificar alguns métodos que se adequaram a esta pesquisa, considerando a importância de ouvir os sujeitos e de analisar os dados coletados.

Tendo o Instituto Federal do Espírito Santo *campus* Nova Venécia como *locus* desta pesquisa, com o objetivo de compreender as percepções docentes acerca do conceito e prática da extensão, este estudo se pauta em uma abordagem qualitativa. Para a realização de uma pesquisa qualitativa é considerado de grande relevância o “significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida” (BODGAN; BIKLEN, 1982 *apud* ANDRÉ; LÜDKE, 2020, p. 14). Esta demonstrou ser a abordagem que melhor atenderia nossos objetivos, uma vez que foi preciso compreender as percepções conceituais e práticas vivenciadas pelos participantes acerca da temática desta pesquisa no ambiente em que estão inseridos.



[...] que implica na necessidade de se refletir sobre: primeiro, a percepção que os sujeitos constroem sobre determinada realidade; segundo, sobre os processos que atravessam as relações estabelecidas no interior dessa estrutura e, para isso, a recorrências aos autores que se debruçam sobre tais processos e sobre a temática trabalhada na pesquisa é imprescindível; e terceiro, sobre as estruturas que permeiam a vida em sociedade (MINAYO, 2010 *apud* MARCONDES; BRISOLA, 2014, p. 203).

Sendo assim, as considerações apresentadas neste trabalho são norteadas por vivências dos sujeitos envolvidos, incluindo as de uma das autoras deste texto, das legislações e teóricos, favorecendo uma análise do cotidiano frente às propostas em documentos.

Ainda ressalta-se que, para que a pesquisadora iniciasse a pesquisa em campo, foi necessária a submissão desta pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Ifes, e somente então iniciaram os diálogos com os participantes, conforme a Resolução CNS 510/2016, que estabelece diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

4 A prática extensionista: avanços e desafios no Ifes *campus* Nova Venécia

Preliminarmente, é importante ressaltar que esta pesquisa tem como foco central a extensão, porém reconhecemos que a indissociabilidade com a pesquisa e o ensino não está alheia a esta discussão.

A extensão no Ifes, de acordo com o PDI vigente, é norteadada pela resolução do Conselho Nacional de Educação que trata as diretrizes da extensão universitária (Resolução CNE nº7/2018), e o Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (Marco Legal de CT&I), sendo compreendida como

a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (IFES, 2019).

A partir das narrativas dos sujeitos da pesquisa percebeu-se que 30%, conforme Tabela 1, têm a compreensão de que a extensão tem como premissa a interação social, contudo tal entendimento, ainda, se limita a estender os conhecimentos da comunidade acadêmica para a sociedade, se limitando ao assistencialismo, como relata R2P4 (2022): “quando a gente fala na questão do Instituto, e a extensão sendo um dos tripés do Instituto, você busca um trabalho fora dos muros da escola, porque você pode dar um suporte para a resolução de algum problema ou uma demanda vinda da sociedade”.

Tabela 1: Percepção quanto ao conceito e prática de extensão

Subcategorias	Nº	% frequência
Interação Social	21	30%
Estrutura extensionista	13	18%
Características do <i>locus</i> da pesquisa	8	11%
Formação docente	8	11%
Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão	5	7%
Carga horária docente	4	6%
Supremacia do ensino	3	4%
Estrutura Institucional	2	3%
Experiência em outra instituição	2	3%



Necessidade de uma identidade institucional	2	3%
Disfunção entre a proposta institucional e a prática realizada	1	1%
Instabilidade da educação pública	1	1%
Protagonismo da comunidade acadêmica	1	1%
TOTAL	71	100%

Fonte: Elaborado pelas Autoras (2023).

Associando tal narrativa com o conceito de extensão, percebe-se que a mesma apresenta uma via única, de que a sociedade tem o problema e que a solução é encontrada e desenvolvida somente pela comunidade acadêmica. No entanto, como mencionado anteriormente, a extensão precisa ser fruto de um diálogo que necessita da atuação ativa de todos os atores. Portanto, para que o problema possa ser resolvido a solução parte da interação de conhecimentos acadêmicos e empíricos, advindos de ambos os ambientes.

Em contrapartida, R1P2, nos apresentou com muita clareza, a compreensão de extensão ao apontar a necessidade de percebermos a comunidade como parte integrante do pensar extensionista, partindo de uma percepção dialogada do problema, bem como da ação de extensão

Eu vejo que quando a gente tem a preocupação pela formação integral, a gente se propõe a ser ponte junto ao estudante, dele perceber a realidade ao entorno. Então essa percepção do entorno é que faz levantar alguns questionamentos que podem vir a se transformar em diálogos com essa comunidade. E, às vezes, aquilo que a gente enxerga como uma demanda pode não se concretizar por uma demanda deles (da comunidade). Então, eu não posso passar em frente a um bairro com casas não pintadas e pensar ‘a arquitetura pode ir lá fazer tinta à base de solo?!’, para não cair no caráter assistencialista! Então, esse diálogo é primordial, que, às vezes, o que eles vão me dizer é que hora nenhuma sentem falta de pintar as casas, mas que ele tem outras demandas, ou que não tem demandas nenhuma e que são plenamente satisfeitos com o bairro, com a casa. Como a gente já passou por situação semelhante a essa, onde o estudante falava assim ‘professor eles estão respondendo errado os questionários, fala que o bairro está ótimo’. Errado? Será que é errado? Vamos dialogar para saber quais são as referências que fazem com que eles pensem nisso. Então, eu acho que esse diálogo é para que a gente não seja acadêmicos arrogantes, querendo servir ao outro sem que se tenha consciência (R1P2, 2022).

E isso nos mostra que apesar de haver ainda algumas percepções equivocadas quanto ao conceito de extensão, há também aqueles que compreenderam os princípios básicos desta, como o protagonismo estudantil e a dialogicidade com a comunidade.

Para não sermos “acadêmicos arrogantes”, como fala R1P1, identificamos a necessidade de estratégias para que o conceito e a prática extensionista sejam difundidos, de maneira clara e fundamentada, no contexto do Ifes *campus* Nova Venécia. Neste aspecto, iniciemos com a necessidade de formação docente, apresentada em 11% das narrativas dos participantes, quando afirmaram ser esta necessária e, até mesmo, urgente, na temática da extensão. Observemos o relato de R3P5 (2022): “Eu acho que já está claro para quem tem perfil extensionista, para o professor que não é extensionista, não tem nem noção (do conceito de extensão)! E, aí, eu não sei dos 60 professores que tem aqui, qual é a porcentagem que tem perfil extensionista”.

Perfil extensionista, será que todos têm? Será que sabemos que temos? Mas, como saber se temos perfil extensionista, se nem mesmo sabemos o que é extensão e como atuar em uma ação de extensão? Como pensar em extensão se não sabemos nem mesmo o que podemos

isso, 11% das narrativas apontaram características do lócus da pesquisa exaltando pontos relevantes da realidade local como dificultadores para a realização da extensão tais como: a dificuldade de interação com a comunidade, visto ainda não existir um diálogo natural, precisando “forçar” este movimento. Em consequência disso, apresentou-se, com 18% de frequência nas narrativas, a necessidade de se ter uma estrutura extensionista.

O Ifes *campus* Nova Venécia tem a Diretoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão (DPPGE) como setor administrativo responsável pelas ações de pesquisa, pós-graduação e extensão. R2P4 (2022) nos colocou: “A própria extensão ela vem a contribuir com o professor, mas, para isso é preciso ter um setor estruturado, como coordenador, que vai buscando as pontes com a comunidade e as coordenadorias dos cursos”. Corroborando com isso, é importante compreender que a DPPGE atua de maneira a ampliar as relações entre escola, comunidade e setor produtivo e, consegue desenvolver ações em conjunto da comunidade.

Ainda quanto à estrutura extensionista, é importante ressaltar narrativas que apresentam falhas na comunicação interna, em que há várias ações extensionistas acontecendo, mas que não são de conhecimento da própria comunidade acadêmica: “A gente não sabe o que é que está acontecendo! (conversas simultâneas) Eu acho que a extensão repete tudo o que acontece aqui, é uma dificuldade de visualizar o trabalho do outro, trabalho institucional, seja na pesquisa, na extensão e no ensino” (R3P4, 2022).

Apesar de a DPPGE organizar boletins informativos anuais, a fim de divulgar suas ações e resultados, ainda é pouco visível, podendo identificar uma ausência de fluxo de comunicação, mas também percebe-se a falta de uma cultura, por parte dos servidores, de se envolverem com informações que não estão vinculadas, diretamente, à sua área de atuação na instituição. Nesse sentido, identifica-se que uma estratégia institucional que possa contribuir para que as ações se tornem mais visíveis é oportunizar momentos de conversas entre os servidores, a fim de propiciar trocas de experiências e/ou, ainda, estimular ações colaborativas.

A partir do exposto acima, pode-se inferir que este estudo apresentou avanços e desafios da extensão no contexto conceitual e prático no Ifes *campus* Nova Venécia e, percebeu que temos muito o que evoluir. E, para tal evolução o envolvimento de todos os envolvidos, cientes dos princípios da extensão, com uma boa formação nesta área, se apresenta de suma importância.

5 Considerações finais

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 207, dispõe o dever de as universidades obedecerem ao princípio da indissociabilidade, bem como dos Institutos Federais por, também, serem ofertantes de cursos superiores. Ao nos aprofundarmos nos referenciais da extensão percebemos que este pilar do tripé educacional não pode ser proposto individualmente, é preciso se apresentar indissociável à pesquisa e ao ensino ou, ainda, à gestão escolar, transformando-o em um quadripé.

Com o apoio da gestão escolar, desafios apresentados podem ser minimizados, tais como oportunidade de formação continuada na temática da extensão, infraestrutura adequada, fomento financeiro, estrutura institucional para apoio e colaboração eficaz nas parcerias entre o Ifes e a comunidade externa. Neste contexto das parcerias, é válido destacar a complexidade na consolidação de parcerias com os atores externos, exigindo uma atuação mais ativa na sociedade e alinhamento de objetivos e estratégias dialogadas visando projetos exitosos para todos os envolvidos.

Embora tenha sido compreendido que a extensão se concretiza por meio da interação com a sociedade, ainda é frequente a percepção de que ela possui uma natureza assistencialista e que o conhecimento é construído apenas no contexto acadêmico.

Quanto ao desconhecimento do conceito e prática extensionista, o desafio é justificado, pois se trata de um conceito que está em processo de amadurecimento e que tem ganhado força e espaço nos currículos, especificamente a partir do PNE 2001-2010, mas que efetivamente garantiu a obrigatoriedade no PNE 2014-2024, ressoando na publicação da Resolução CNE/CEB nº 7/2018, determinando as diretrizes para a curricularização da extensão nos cursos de graduação. Apesar da curricularização ter contribuído para o fortalecimento da extensão no espaço acadêmico, a complexidade de harmonizar as atividades de extensão com o currículo e as demandas de pesquisa, ainda é um desafio que requer um planejamento cauteloso.

Neste contexto, ficou evidente que os docentes possuem as condições e respaldo legal necessários para sua capacitação; entretanto, é fundamental que haja um planejamento antecipado, sem comprometer as tarefas de ensino e com a autorização das instâncias superiores. Somado a isso, percebeu-se a necessidade de fomentar uma comunicação mais abrangente, não apenas acerca das atividades de extensão internas, mas também na criação de oportunidades para diálogos sobre as experiências ocorridas em outras instituições relacionadas ao mesmo tema.

Sem esgotar a temática, conclui-se este estudo enfatizando que temos muita luta. A extensão tem apresentado muitos avanços em alguns aspectos e, também, muitos desafios a serem transpostos, seguindo seu processo de amadurecimento, não apenas conceitual, mas também em sua prática, requerendo arranjos institucionais para sua plena concretização.

Referências

ALVES, Rubem. Gaiola e Asas. **Revista Prosa Verso e Arte**, 01 out. 2017. Disponível em: <https://www.revistaprosaversoarte.com/escolas-que-sao-asas-nao-amam-passaros-engaiolados-o-que-elas-amam-sao-os-passaros-em-voo-rubem-alves/>. Acesso em: 29 dez. 2022.

ANDRÉ, Marli E. D.; LÜDKE, Menga. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2. ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4.ed. Edição revisada e atualizada. Lisboa: Edições 70, 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808. Acesso em: 31 mai. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 05 de janeiro de 2021**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=167931-rcp001-21&category_slug=janeiro-2021-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 31 mai. 2022.

